

## BIBLIOGRAFIA DO DOMÍNIO HOLANDÊS

Conheci José Honório Rodrigues em 1939 quando Augusto Meyer organizava o Instituto Nacional do Livro, onde ele e eu íamos servir como funcionários. O receio de me prender no Rio de Janeiro por obrigações de função pública, decidiu-me, por fim, a retirar-me do Instituto, mas conservei a amizade com José Honório. Desde então a simples aproximação firmou-se em bases de sólida amizade a que nem mesmo o fato de sermos ele e eu do mesmo ofício - ele, é claro, oficial, e eu simples aprendiz - tem tido força de abalar. O mesmo ofício, entenda-se, por nos interessarmos ambos, naquela época, particularmente, pela história - antes a social do que a militar ou a política - do domínio holandês do Nordeste. Já então ele havia publicado, em colaboração com Joaquim Ribeiro, o livro com que conquistara em 1937 o prêmio de erudição da Academia Brasileira de letras, *A Civilização Holandesa no Brasil*. Livro de que me permitiu a leitura ainda em provas tipográficas.

Projetamos em 1939 ou 1940 uma bibliografia sobre o período do domínio flamengo do Nordeste, e foi em sua companhia que percorri por meses seguidos na Biblioteca Nacional, panfletos holandeses, relações de viagem, coleções de escritos de viajantes, bibliografias e uma infinidade de catálogos. A colaboração foi, porém, interrompida em 1941, com o meu regresso a Pernambuco; mas José Honório Rodrigues com extraordinária pertinácia, continuou no propósito de concluir o trabalho. Dez anos depois dá-nos agora o resultado, em magnífica publicação de quase quinhentas páginas, editada pelo Instituto Nacional do Livro. Particularmente valiosa foi para ele a obtenção de um *scholarship* para pesquisa em biblioteca dos Estados Unidos, de livros e outras publicações concernentes ao período da história em que ele vinha se especializando e no qual é, sem favor, um mestre. Nas bibliotecas americanas pôde consultar uma série de volumes cuja obtenção é impossível no Brasil. Resultado de todo esse esforço é a sua recente *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio, 1949.

O plano do seu trabalho é modelar. Começa com a indicação e crítica das principais publicações concernentes à história da expansão colonial holandesa em direção ao Brasil; no segundo capítulo indica a bibliografia sobre a história, particularizando a econômica, da Holanda no séc. XVII; no terceiro relaciona as obras históricas respeitantes aos estados brasileiros do Norte e Nordeste ocupados pelos invasores; no quarto, as monografias que dizem respeito às lutas com os holandeses no Brasil; do quinto ao nono menciona a bibliografia sobre os aspectos políticos e militares da época, a história diplomática e social, a história natural e médica, a de etnografia e artes, a história literária, as biografias e conclui com uma bibliografia das bibliografias. O plano obedece a um sentido dedutivo e é a partir do capítulo quarto que se inicia a bibliografia especializada sobre o domínio holandês no Brasil.

Na realização pode-se discordar - como discordo - do fato de não serem incluídas todas as contribuições que sobre o assunto existem nas principais revistas de história brasileiras. Numa bibliografia especializada parece-me que essa menção se impunha. Por outro lado, era dispensável a indicação de fontes históricas manuscritas, de vez que não foi propósito do autor realizar um catálogo de fontes históricas, mas apenas - e não é pouco - uma "bibliografia", isto é, o relacionamento e crítica de publicações.

Num trabalho da natureza do que empreendeu José Honório Rodrigues, sabe-se que não é fácil recolher tudo. Escapa sempre um folheto, um artigo da revista, mesmo um livro. Há omissões - eram inevitáveis, parece-me, mas nenhuma importante. A mais grave é a que já deixei

mencionada: a de muitos artigos de revistas históricas brasileiras; mas ainda aqui o autor citou os mais valiosos.

Alguns enganos também escaparam aqui e ali a esse erudito trabalho, que tenho o prazer de comentar. Um deles é importante e deve logo ser mencionado: à página 12 diz o autor com relação ao livro de Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno*, "de que a segunda edição (de 1668) apresenta sensíveis melhoras com relação à primeira (de 1648)", declaração que repete à página 278, onde indica em que consiste essas supostas melhoras. Consistiriam elas em que à edição de 1648 faltariam as páginas 111, 112, 117 e 118, repetindo-se as páginas 115 e 116.

"Estes graves defeitos da edição *princeps* são corrigidos nesta", isto é, na segunda, diz o autor. Ora, todos os historiadores sabem que não houve essa "segunda edição" de 1668, mas sim um segundo lançamento, em 1668, apenas com nova folha de rosto, da mesma edição de 1648, a qual, vendidos alguns exemplares, foi impedida de circular por ordem superveniente. Obtida nova autorização e com a modificação da folha de rosto, foram postos à venda em 1668 os mesmos volumes impressos em 1648. Quanto à suposta falta de páginas, decorreu o engano de José Honório Rodrigues do exemplar que consultou na Biblioteca Nacional (Seção de Livros Raros): realmente ao exemplar de 1648 catalogado sob o número 29, 4, 7 faltam as páginas mencionadas e há a duplicação apontada; mas outro exemplar, também de 1648, um pouco mais estragado do que o anterior, e catalogado sob o nº 76, 5, 8 da mesma seção, não apresenta os defeitos indicados. Estes ocorrem, portanto, somente no exemplar consultado pelo autor da Bibliografia.

Enganos veniais escaparam também e aponto-os apenas para que o autor possa, em outra edição do seu livro, evitá-los. Assim é que, apoiando-se em João Francisco Lisboa, afirma à página 3, que a proibição do rei de Espanha de comerciarem os brasileiros com os holandeses é de 5 de junho de 1605. Entretanto, as primeiras ordens a respeito são de 1591 (Alvará de 9 de fevereiro, no volume *Legislação manuscrita*, 1571/1600, fls. 223/ 226 da coleção de manuscritos do Instituto Histórico Brasileiro). Aliás a data de 5 de junho de 1605 está errada, pois o Alvará e a Carta Régia são datados de Valladolid, 5 de janeiro de 1605: *Legislação manuscrita*, fls. 56/57 v., da mesma coleção.

À página 7, tratando de Jan de Laet e referindo-se ao seu livro *Descrição das Índias Ocidentais*, diz que este "deixa muito a desejar em comparação com a *História ou Anais dos feitos da Companhia da Índias Ocidentais*". Não me parece possível, porém, uma comparação entre um livro de Geografia e História Natural (como é o caso da *Descrição*) com uma crônica histórica (como são os *Anais*).

À página 14 diz que "parece" que Diogo Lopes Santiago, autor da *História da Guerra de Pernambuco*, foi contemporâneo das lutas que descreveu; da leitura do livro pode-se concluir não só que realmente o foi, como também que participou da guerra.

José Honório Rodrigues refere-se à "introdução assustadora da usura no Brasil pelos holandeses", página 20, mas parece esquecer os "onzeneiros" que surgem mencionados nas Denúncias do Santo Ofício em Pernambuco e que emprestavam a juros enormes, do que se queixavam muitos senhores de engenho. Durante o período holandês a usura atingiu proporções realmente assustadoras (há referências a empréstimos a juros de 42%), mas não foi ela "introduzida" no Brasil pelos invasores.

Do livro de Pedro Souto Maior, *Fastos pernambucanos*, ao contrário do que afirma o autor à página 156, há separata, com numeração de páginas independente da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, onde foi publicado.

À página 229 diz José Honório Rodrigues que no Instituto Arqueológico Pernambucano encontra-se a "coleção completa" das cartas de Nassau, parte das quais foi traduzida por Alfredo de Carvalho. Infelizmente não é exato: à coleção faltam as primeiras 120 folhas. Ainda com relação a outros documentos manuscritos da chamada *Coleção José Hygino* desse Instituto, diz o autor à página 231 que nos volumes das *Brieven uit Brazilie* há uma carta do predicante francês Soler: na verdade há cinco.

Divergem José Honório Rodrigues e José Hygino Duarte Pereira com relação ao chamado "testamento político" de Maurício de Nassau. Aquele destaca "o alto valor moral" do documento (p. 235) e este acentua que o governador holandês "preconiza a política da espionagem e da dissimulação" (*Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 58, p. 236).

À página XVII diz o autor que na Coleção Samuel Oppenheim "encontramos as Minutas da Congregação Sefárdica no Brasil . . . documento nunca referido pelos historiadores deste período". Mendes dos Remédios, *Os judeus Portugueses em Amsterdam* (Coimbra, 1911), refere-se a essas Minutas à página 52, nota 1, o mesmo acontecendo com Herbert I. Bloom, "A study of Brazilian Jewish History", *Publications of the American Jewish Historical Society*, nº 33 (New York, 1934), página 55, nota 35.

São na verdade poucos e veniais, como disse, os enganos, e nem de longe empanam a extraordinária importância da contribuição de José Honório Rodrigues, à altura do seu merecido renome de erudito. Só um apaixonado pelo detalhe e pela minúcia, como é o caso de quem escreve estas linhas, é que ensaiaria apontar falhas de somenos importância.

A contribuição nova que traz a *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* deve ser com justiça destacada e apontada como fornecendo indicações até agora desconhecidas e uma série de fontes ainda não pesquisadas para a história das invasões holandesas no Brasil. O seu estudo da historiografia holandesa recente, a começar da página 25 do seu livro, contém informações valiosas recolhidas em várias publicações e coleções que lhe foi possível consultar nos Estados Unidos.

Entre as coleções de fontes, chama o autor a atenção para a correspondência oficial das chancelarias européias em que surgem inúmeras referências ao Brasil. "Tal é o caso, na Inglaterra, da correspondência oficial da época de John Thurloe e de Edward Hyde, ambos secretários do *Foreign Office* . . . Na correspondência do primeiro chegamos mesmo a ver funcionar, pela primeira vez com relação ao Brasil, o *Intelligence Service* inglês". A correspondência espanhola da mesma natureza "revela-nos também fatos curiosos. Não é certo, como afirmam alguns historiadores, que a Espanha desdenhasse o Brasil. Pela correspondência vemos que ofereceu (em 1632) Breda e 200 a 300.000 florins em troca de Pernambuco, que valia um reino inteiro": pp. 31/32. O mesmo pode-se dizer da correspondência particular ou oficial de agentes diplomáticos ou de pessoas ligadas a negócios de Estado, como é o caso das do Conde d' Estrades, Johan de Witt, Constantijn e Christian Huygens etc. Essas indicações apresentam um filão novo, totalmente inexplorado e que precisa ser conhecido.

Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, José Honório Rodrigues tem contribuído, como nenhum de seus antecessores, para o melhoramento dos serviços do nosso mais importante centro de estudos. A catalogação dos livros raros e dos manuscritos é, por si só, uma das suas mais valiosas iniciativas no sentido de facilitar as pesquisas históricas no Brasil. E não só a catalogação: para auxiliar os historiadores no seu trabalho, fez publicar uma série de catálogos dos manuscritos da Biblioteca Nacional, a começar pelos dos referentes à Bahia e ao qual se juntarão em breve os concernentes a Pernambuco e ao Maranhão

e os da coleção do Visconde do Rio Branco. Ao mesmo tempo, e com relação a Pernambuco em particular, tem feito publicar uma série de documentos de muito interesse e acaba de dedicar à história da nossa província quase que todo um volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 jun., 1951.